

PATRIMÔNIOS ARQUITETÔNICOS EM TERESINA: COMBATES PELA MEMÓRIA (DÉCADA DE 1970)

Cláudia Cristina da Silva Fontineles¹

RESUMO: O presente artigo analisa como a reforma realizada na praça Pedro II, durante a década de 1970, inspirou debates e embates acerca da necessidade de conservação/transformação de patrimônios públicos – em especial praças no centro de Teresina/PI – e das memórias que eles abrigam, indicando as tensões vivenciadas em relação aos “lugares de memória” e as disputas que elas possibilitaram ver, inclusive explicitando os dissensos em relação à administração do governador da época – até então aplaudido por seu caráter inovador e viabilizador da urbanização e da modernização do Piauí. Para tanto, foram utilizadas como fontes documentos oficiais, periódicos locais e narrativas memorialísticas, fundamentando-se, entre outros pensadores, em Pierre Nora, Michel Pollack, Ana Fani Carlos, Vítor de Oliveira Jorge e Diva Figueiredo.

PALAVRAS-CHAVE: História. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT: This article analyzes how the reform carried out in the square Pedro II, during the 1970s, inspired debates and conflicts about the need for conservation / transformation of public assets - especially squares in the center of Teresina - and the memories they harbor, indicating the tensions experienced in relation to the “places of memory” and the disputes they allowed to see, including explaining the disagreements regarding the administration of the governor of the time - until then applauded for its innovative character and enabler of urbanization and modernization of Piauí. To this end, they were used as official documents sources, local newspapers and memorialísticas narratives and the reasons for, among other thinkers, Pierre Nora, Michel Pollack, Ana Fani Carlos, Vítor Oliveira Jorge Figueiredo and Diva.

Keywords: History. Memory. Wealth.

¹ Professora da Universidade Federal do Piauí (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino/ Coordenadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID HISTÓRIA/CAPES/UFPI). Doutora em História.

1 Introdução

O presente artigo analisa como a reforma realizada, durante a década de 1970, na praça Pedro II - situada no centro da cidade de Teresina/PI, em um dos conjuntos arquitetônicos mais significativos para a história da cidade - inspirou debates e tensões entre diferentes segmentos sociais do período sobre a necessidade de conservação/transformação de patrimônios públicos – em especial praças no centro da capital – ao discutirem acerca do cenário histórico em que tais reformas foram propostas. Além disso, analisa como as discussões sobre essas reformas indicam as disputas que as memórias desses logradouros abrigam, revelando tensões sociais e políticas vigentes em um período histórico em que essas manifestações eram desestimuladas pelo regime político que controlava o Brasil e o Piauí.

A exemplo do que ocorria em nível nacional, a década de 1970 ficou conhecida, no Piauí, como uma época de vigor econômico e de euforia em relação às intervenções governamentais promovidas no cenário urbano na sua capital - Teresina, o que geralmente era aplaudido pela população local. Isso, contudo, começou a ser modificado a partir da reforma promovida pelo governo estadual na praça Pedro II, cuja reação negativa de muitos de seus moradores foi publicada em diferentes veículos de comunicação da época, desde narrativas memorialísticas sobre a cidade até textos publicados em jornais diários locais, nos quais os moradores reivindicavam que os recursos aplicados na reforma da praça Pedro II fossem aplicados em outros logradouros públicos no centro da cidade, segundo os quais eram vistos como ambientes carentes de atenção do poder público, gerando uma acentuada manifestação de protestos contra a ação do governo do Estado do Piauí – até então incomuns nos meios de comunicação local – inclinados em sua maioria para o elogio ao governo e às ações interventivas promovidas no cenário arquitetônico da cidade.

Os proponentes de tais protestos justificavam suas reações pautando-se nas alegações de que eram oriundas do legítimo desejo de preservação da memória dos que construíram relações sociais e afetivas no ambiente arquitetônico reformado, reclamando

que suas memórias não foram respeitadas e que, assim como ocorrera com o referido acervo arquitetônico, foram destruídas.

Essas reações contrárias às ações governamentais possibilitam visualizar, ainda, algo raro no período: o fato de que as ações governamentais não tinham o apoio incondicional da população quanto era propagado até então pelos meios de comunicação que davam sustentação à política vigente no país, cujo discurso era negar a existência de qualquer dissenso ou contestação em relação às decisões governamentais. A reforma da praça Pedro II, portanto, revelou muito mais que a defesa de um modelo arquitetônico em um logradouro público, revelou como ele pode ser, ao mesmo tempo, um “lugar de memória” e o palco de combates pela memória e pela história, como proposto por Pierre Nora (1997).

2 As reformas urbanísticas na década da euforia econômica

É necessário esclarecer que as transformações urbanísticas realçadas em Teresina, na década de 1970, ocorreram em uma sociedade marcada pela intensa presença do que se convencionou denominar no Brasil de “milagre econômico brasileiro”, que se manifestou mais intensamente entre os anos de 1968 e 1973. Segundo José Murilo de Carvalho, nesse período “[...] Houve, sem dúvida, um crescimento rápido, mas ele beneficiou de maneira muito desigual os vários setores da população [...]” (2001, p.169).

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, Carvalho analisa esse período da seguinte forma:

[...] Os efeitos catastróficos desse crescimento para a vida das grandes cidades só apareceriam mais tarde. Na época, a urbanização significava para muita gente um progresso, na medida em que as condições de vida nas cidades permitiam maior acesso aos confortos da tecnologia, sobretudo à televisão e outros eletrodomésticos” (2001, p. 169).

Desta forma, é indissociável entender o investimento em urbanização ocorrido na capital piauiense e os caminhos

assumidos pelo Regime Autoritário implantado no Brasil após o Golpe Civil-Militar ocorrido em 1964, que passou a semear e a difundir o discurso de euforia na construção de um Brasil Gigante, que teria no crescimento urbano e no investimento maciço em obras arquitetônicas de grande envergadura e impacto social como símbolo maior de sua marca na história do país.

Por meio da política de integração nacional, o Governo Federal pretendia inserir os Estados do nordeste no projeto de construção do Brasil Grande Potência, proposto principalmente pelo governo do presidente Garrastazu Médici, explicitado nos planos elaborados no período, como o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, I Plano Nacional de Desenvolvimento e Plano de Desenvolvimento do Nordeste. Isso foi confirmado pelos pronunciamentos do General Evandro Lins e Souza, superintendente da Sudene na época. Segundo ele, era função daquela superintendência “[...] integrar o Nordeste e o seu povo ao Brasil Grande, que já se prepara para assumir o seu verdadeiro lugar entre as nações do mundo” (*apud* CARVALHO, 1987, p.162-163). A inserção da região e do Estado no projeto de desenvolvimento proposto para todo o país era tratado como sendo fruto de um movimento instituinte derivado da ação estatal central, que teria, supostamente, implantado o novo e a ordem pretendida por meio de uma decisão unilateral, ignorando as orientações de Cornelius Castoriadis, para quem o verdadeiro novo é inesperado (1981, p. 238).

Esses ares desenvolvimentistas, no entanto, atingiram e seduziram o Piauí da década de 1970 e reverberaram nas décadas seguintes. Dessa forma, estudar essas intervenções no reordenamento espacial e infraestrutural do Piauí é mais uma oportunidade para percebermos a atuação efetiva de Alberto Silva como “engenheiro na política” no cenário local, haja vista que a atuação técnica (mais especificamente, a tecnocracia) era muito estimulada pelos governos e pelas manifestações históricas do período. Durante décadas de vigência do Regime de exceção no Brasil, esse caráter foi enfatizado, assim como os elementos de empreendedorismo que o notabilizaram junto à sociedade piauiense e brasileira, pois durante sua vida pública

houve constantes demonstrações de reverências e de admiração emitidas em relação à sua eminente capacidade técnica para explicar e sugerir propostas relativas a questões de seu ofício, seja na área da construção civil, seja na área dos transportes urbanos, nesses principalmente, dada a sua experiência profissional. Mais uma vez, a associação de imagens a lugares serve para assegurar a continuidade temporal não só de uma pessoa, mas também de uma sociedade que autorizava sua existência e suas ações, fixando esses aplausos na passagem do tempo por meio da memória².

Sendo assim, construir, reformar, transformar tornou-se um imperativo administrativo para os governos Federal e locais de então. O discurso do progresso como fruto dessas reformas, foi propagado por diferentes veículos de comunicação. Segundo essa proposta, o progresso seria filho do concreto, do ferro e do vidro ou de qualquer ação que os usasse como veículos de ação. Era preciso convencer a sociedade de que o progresso estava diretamente associado a isso. No Piauí, isso foi melhor personificado pelo governo de Alberto Tavares Silva, que administrou o Estado entre os anos de 1971 e 1975, cujo governo teria sido responsável por transformar o Piauí, segundo as percepções de muitos habitantes, em um “verdadeiro canteiros de obras”³.

Esse crescimento urbano ecoou sonoramente na capital piauiense, a partir da década de 1970, ao ponto de ser continuamente lembrado pela população ao se referir à primeira metade desta década. Contudo, quando era suposta qualquer associação entre as obras realizadas no período, no Piauí, e os investimentos feitos pelo Regime Militar – como destacado no texto de Carvalho - o governador da época reagia discordando e respondendo que:

² Segundo Kevin Lynch, “a clareza da estrutura e a expressividade da identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes”. (LYNCH, 1999, p. 134).

³ Essa expressão foi encontrada em vários jornais consultados no período, bem como em periódicos escritos posteriormente ao se referir ao período. Muitas pessoas entrevistadas durante a pesquisa também utilizaram a expressão “canteiro de obras” para descrever o Piauí durante esse governo.

Ao contrário do que pode ser tentado a imaginar, não houve milagre algum no Piauí. O que se conseguiu é fruto do esforço do povo e do governo da terra, servidos pelos melhores recursos da ciência aplicada e pela obstinada das mais nobres energias do espírito (PIAUI, 1975, p. 16).

A recusa à associação com o governo autoritário implantado no Brasil após 1964 é reveladora, pois indica uma tentativa em dissociar as realizações produzidas na década de 1970 e os governos militares, enfatizando que os feitos realizados eram frutos “do milagre da imaginação” da população local, não de qualquer outro tipo de milagre, como exposto em sua Mensagem Oficial ao findar o mandato, em março de 1975.

Em meio a essas contradições, a cidade de Teresina foi entrecortada e seduzida por essas construções e tornou-se o palco central da apropriação do projeto proposto, através da (re)significação do espaço físico, dotando-o de signos que o transformaram em ambientes repletos de valores simbólicos, permitindo que, direta ou indiretamente, expressassem as maneiras de agir e de pensar da sociedade.

3 Patrimônios arquitetônicos: controvérsias sobre as praças de Teresina/PI

Nesse frenético ritmo de transformações, o antigo e o novo conviviam entre si, apresentando uma importante contradição entre as persistências e as inovações. Enquanto o antigo resistia e se reafirmava continuamente, o segundo atuava como ícone e marca da modernização. Carlos (2001) esclarece que esse é um movimento triádico da preservação, da degradação e da transformação da cidade, matéria de sua composição e de sua existência. Encaradas por alguns como importantes, e por outros como desnecessárias, as transformações arquitetônicas sofridas em Teresina na década de 1970 foram aceitas e aplaudidas pela maioria da população como um dos requisitos para atingir o progresso.

Dentre essas reformas, uma gerou mais controvérsia que as demais e evidenciou a força das disputas pela memória: foi a reforma da Praça Pedro II na década de 1970, considerada um dos cartões-postais do acervo arquitetônico de Teresina e palco das principais manifestações culturais da cidade. Esta praça tornou-se alvo das disputas entre aqueles que pretendiam manter o antigo modelo arquitetônico e aqueles que defendiam sua substituição pelos contornos propostos pelo governador-engenheiro que governara o Piauí entre os anos de 1971 e 1975, Alberto Silva, responsável por uma série de transformações arquitetônicas e urbanísticas na capital piauiense, reformando muitos dos logradouros considerados patrimônios históricos e arquitetônicos do Estado, entre os quais destaca-se a referida praça, situada no centro de Teresina, próxima a outros patrimônios de expressivo significado nos cenários cultural e político locais, como Teatro 4 de setembro, a Central de Artesanato Mestre Dezinho, o Cine Rex, a Igreja São Benedito, a praça da Liberdade, o Palácio de Karnak (sede da sede administrativa do Estado), entre outros.

Nesse sentido, ao se reconhecer que o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso e pelos modos de apropriação que seus habitantes fazem para reprodução da sua vida e nas implicações que derivam disso, os traços da Praça Pedro II representam muito das maneiras de durar do tempo no qual eles foram planejados e executados. No caso em apreço, as divergências estavam entre o tempo que propunha a reformulação da estrutura arquitetônica e tudo de inovador que prometia com seu novo traçado arrojado – símbolo da suposta modernidade vivenciada no Estado – contra o traçado original – fruto do tempo de sua construção, que antecedia a década de 1970.

Foto 1: O espaço geográfico antes da construção da Praça Pedro II, no início século XX.



Fonte: Disponível em: <https://crcfundacpiaui.wordpress.com/category/fotos/>. Acesso em 7 set. 2015.

A Foto (1) registra o espaço geográfico situado no centro de Teresina no início do século XX – local em que seria construída a Praça Pedro II. Na referida fotografia, consta apenas o principal teatro da cidade até os dias hodiernos, o Teatro 4 de Setembro. O majestoso prédio impõe-se como a principal obra do cenário e contrasta com a simplicidade do ambiente. A presença de pessoas com roupas elegantes em postura de pose para fotografia sugere que talvez – assim como ainda acontece contemporaneamente – este ambiente fosse um dos mais apreciados pela beleza que revelava e pela imponência arquitetônica que o teatro representava.

Isso ganhou maior notoriedade ainda após a construção da praça, que passou a se destacar como um dos principais cenários da sociabilidade local e um dos ambientes mais prestigiados pela sociedade, compondo um dos mais expressivos conjuntos arquitetônicos da capital piauiense.

Foto 2: Praça Pedro II na década de 1960. Guilherme Müller



Fonte: Disponível em: <http://www.piaui.pi.gov.br/fotos/jornalismo/galeria/482>. Acesso em 7 set. 2015.

A inauguração da Praça Pedro II intensificou os laços de identificação da população com esse espaço, sobretudo porque se tornou o principal espaço das práticas de sociabilidade de Teresina, influenciando diretamente na vida cultural e social da cidade, desde o passeio dominicais no caminho à missa da Igreja São Benedito, até os passeios de bicicleta e os flertes que o coreto e os bancos presenciavam. Também era por suas ruas calçadas que o transporte rodoviário expunha sua pujança, como bem denota a Foto (2).

Com a reestruturação de suas formas, alguns acreditavam que as memórias nelas guardadas estavam sendo ameaçadas em prol de uma nova memória que queria suplantá-las. Daí as muitas reações que essa transformação gerou na sociedade, sendo por muitos considerada não uma mudança que simbolizava progresso – como prometido no discurso oficial - mas uma degradação de um passado que inspirava admiração e nostalgia – muitas vezes mais idealizado que vivido - que se desejava que o poder público conservasse, não que fosse o agente de sua demolição.

Nessa perspectiva, a Praça Pedro II passou a atuar, tanto para uma proposta, como para a outra, como um “lugar de memória”, entendido como “a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição; e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história” (NORA, 1997, p. 2226).

Encharcada de interesses, a disputa em relação ao traçado a ser mantido/criado na praça expressava aquilo que Nora (1997) denominou de “consciência comemorativa” sobre um tempo, uma história que se pretendia manter ou que se pretendia instituir a partir da delineação de um modelo arquitetônico para este logradouro público porque ele expressava o apoio à memória almejada por meio do traço, do vestígio, do registro preservado ou inaugurado na praça. O novo traçado, cunhado na reforma dos anos 70, entre outras alterações, modificou completamente o traçado e a fisionomia da praça (ampliou a visibilidade da fonte d’água, demoliu o coreto e retirou a circulação de veículos do seio da praça etc.).

Foto 3: Praça Pedro II na década de 1980, após reforma realizada no Governo de Alberto Silva.



Fonte: Disponível em: <http://www.piaui.pi.gov.br/fotos/jornalismo/galeria/482>. Acesso em 7 set. 2015.

A cidade de Teresina, a partir dessa reforma, tornou-se novamente palco da luta entre Heráclito (filósofo grego que analisava a história humana como fruto inexorável da transformação) e Parmênides (filósofo grego defensor da permanência como uma das marcas humanas), situada no dilema visceral entre a transformação e a manutenção das experiências passadas e seus significados para a história. A Praça Pedro II passou a ser cenário de combates entre os adeptos do modelo anterior e os defensores da nova configuração arquitetônica, em uma disputa pela memória projetada em cada estilo arquitetônico; um embate entre a força do *devir* e a presença do ser; entre aquilo que se projetava como novidade e aquilo que se pretendia perene – merecedor de preservação. Era muito mais que um traçado físico de um cenário que estava em jogo; eram projetos de sociedade, projetos administrativos, mas também – e sobretudo – formas de apreensão das subjetividades, maneiras de sentir e de experimentar a cidade – que colidiam entre si.

Entre as reações contrárias à reforma dessa praça sobressaem-se as descritas por Barbosa, em texto escrito na década de 1980, como demonstração da resistência da população à radicalização seguida pela reforma, que, segundo seus críticos, teria desfigurado totalmente o cenário original da praça, traíndo a memória que se queria conservar entre aqueles que apreciavam seu modelo anterior. Figueiredo (1999), por exemplo, declara que a intervenção promovida na década de 1970, com seu caráter renovador, havia descaracterizado totalmente a proposta paisagística existente na praça.

Delineando o que teria sido essa descaracterização da praça e demarcando quais teriam sido suas perdas (entre as quais destaca a dimensão do romantismo), Barbosa permite mapear quais foram as principais transformações sofridas durante tal reforma.

Na década de setenta, a praça foi ampliada e a rua, que a dividia, foi incorporada à própria praça, bem assim o trecho da rua entre a praça, o Cine Rex e o Teatro 4 de Setembro. Esta última reforma, transformou completamente a praça. Do antigo visual, nada restou, perdendo em beleza e romantismo, como podemos constatar ontem e hoje (BARBOSA, s/d).

Essa declaração coaduna bem com as definições de “lugar de memória” de Nora (1997), quando esse historiador admite que os lugares de memória são restos, que a consciência comemorativa se recusa em deixar desaparecer. Essa resistência significa também uma luta em defesa do que considera de reminiscência de si, que não deseja que a evasão corra.

É importante esclarecer que a reforma ocorrida em 1970 foi apenas uma das reformas pelas quais passou a citada praça, pois, como afirma Figueiredo (1999, p. 2004), este logradouro público - que nascera com o nome de praça João Pessoa, e foi renomeada com os nomes de praça Independência e, posteriormente, praça Aquidabã, sendo em 1936 renomeada por lei com o nome com o qual é conhecida nos dias hodiernos – passou por diferentes reformas, mas nenhuma havia alterado tão significativamente o projeto paisagístico anterior quanto a ocorrida durante o governo de Alberto Silva.

Mas as críticas à reforma da praça na década de 1970 informam muito de uma memória que se queria preservar em relação à outra que se sublevava, confirmando o que Pollak (1989) denominou de lutas pela memória. Os defensores da manutenção do projeto anterior pretendiam conservar não apenas o projeto arquitetônico e paisagístico da praça anterior à reforma criticada, mas todo o charme e a memória dos espaços de convivência compartilhados pela juventude de outrora, que construía muitas de suas relações sociais nos passeios, nas conversas e paqueras ocorridas nos bancos e no coreto da praça. Por isso, acreditavam ser necessário se pronunciar contra a reforma, alegando que a praça perdera a beleza e o romantismo de então. Havia, portanto, uma memória a ser preservada, da praça e de quem nela construía suas lembranças, como se a luta pela conservação do traçado anterior traduzisse na preservação dos resíduos dos momentos vividos nesses espaços.

Por sua vez, os defensores do novo projeto afirmavam que ele introduzia a cidade num padrão moderno de ocupação dos espaços públicos, o que estaria em consonância com o projeto de adequação do Piauí ao crescimento urbanístico vivido em todo país. Para esses defensores, essa reforma deveria ser entendida

como mais um passo do Piauí rumo à modernidade, rumo ao progresso – assim como ocorrera com tantas obras realizadas no âmbito estadual no período.

Essa visão confrontava diretamente com os defensores da manutenção do projeto patrimonial anterior, que denominavam tais reformas como sendo uma mutilação, a exemplo do que fez Marinho (1996), ao escrever suas memórias sobre a referida praça. Segundo o escritor, ao comparar os dois estilos, não havia como não condenar a reforma. Ele lamentava tal iniciativa governamental por considerá-la infundada e uma atitude interessada meramente na autopromoção governamental. Segundo Marinho, “Infelizmente, tudo isso desapareceu, fazendo parte de espetáculos que um dos governadores biônicos promovia, para fazer média com o povo piauiense, usando uma verba a fundo perdido que recebera” (1996, p. 56).

Ao chamar de biônico o governo de Alberto Silva, esse escritor destaca também o grau de envolvimento entre as obras construídas em sua administração e os empreendimentos que eram realizados pelo Governo Federal no Piauí, e afirma que os financiamentos eram tamanhos que se reformavam até ambientes que não requeriam mudanças, como ocorrera com esse logradouro público. Além disso, esclarece que essa reforma integrava um projeto maior de contenção de protestos, condenando a aniquilação do espaço de convívio social de outrora,

Hoje já se sabe que a mutilação da Praça Pedro II foi motivada pela sua inclusão num plano do autoritarismo da ditadura militar, o qual determinava que todos os logradouros passíveis de aglomerações fossem transformados em praças arborizadas e/ou gradeadas. Obviamente, quem executou esse plano não teve, não tem e nunca terá compromisso com Teresina, pois foi um ato leviano [...] (MARINHO, 1996, p. 56).

A reforma da Praça Pedro II permitiu, portanto, que fossem vinculadas, no cenário local, críticas ao Regime Autoritário, em vigência no Brasil desde 1964, e mostrou algo que esses governos recusavam reconhecer durante todo o período: a percepção de que havia divergências em relação à condução política do país.

Nesse sentido, as disputas em relação ao projeto arquitetônico adotado numa reforma de uma praça colocou em realce algo que o Regime tanto trabalhou para esconder: os dissensos em relação à condução administrativa definida em seus governos ou dos governadores nomeados por ele, como era o caso de Alberto Silva.

A defesa da planta anterior da praça agora era mote para denunciar a condução autoritária do país e do Estado no período dessa reforma. A conotação atribuída pelo escritor à reforma era a de que o Regime Autoritário determinava a reestruturação de logradouros públicos para evitar possíveis aglomerações que pudessem ser a célula de protestos e mobilizações contra os governos.

Em relação a isso, não foi encontrado nenhum registro governamental, no cenário piauiense, que confirmasse tal denúncia, mas o fato de haver tal comentário evidencia o grau de tensão e de embates sociais que essa reforma provocou bem como a latência do inconformismo com os rumos políticos do Brasil, o que é endossado pelo escritor ao declarar que a reforma expressava um ato leviano, realizado por alguém que não tinha compromisso com Teresina.

Ao dizer isso, o escritor pretende atingir diretamente a imagem construída e muito propagada pelo governador Alberto Silva em relação à sua forte identificação e amor por Teresina, veiculada em todas as correspondências oficiais e na maioria dos periódicos piauienses da época, o que, segundo ele, seria traduzido pela concentração das obras de seu governo na capital.

A despeito de serem as críticas, aqui analisadas, publicadas *a posteriori* à reforma – o que pode sugerir que são releituras do presente acerca do passado vivido (e são) – indicam o grau de contrariedade e inconformismo que essa reforma gerou em algumas pessoas, o que os faz repercutir e reverberar, em textos publicados posteriormente, sua indignação e contrariedade.

Nesse sentido, essa reforma permite perceber também que a cidade era transformada e se transformava. Durante tais mudanças, essas transformações eram comemoradas e saudadas como positivas para o Estado, pois faziam parte de um plano maior de urbanismo do centro da capital, que contou

com as reformas⁴ da avenida Frei Serafim, do Palácio de Karnak e do Teatro 4 de Setembro – reformas promovidas durante a mesma gestão administrativa do Estado. Somente depois, as críticas começaram a ser publicadas sob uma “nova retórica da caminhada” (CERTEAU, 1994, p. 178).

O alvo das críticas eram as intervenções vistas como autoritárias por não consultarem a opinião da população para saber se ela as aprovava, e também porque no novo projeto havia a proposição de uma nova organização espacial da praça, que colidia com as memórias construídas nela e sobre ela. Assim, é válido pensar que o que se defendia era sobretudo o lugar produzido pelas sociabilidades desses combatentes.

No texto escrito por Marinho (1996), essa intervenção governamental não era entendida como preocupação com Teresina, como este alegava. Ao afirmar isso, o autor pretende atingir a imagem mais estimada pelos discursos albertistas: a de que ele guiou suas ações governamentais com base no compromisso com o desenvolvimento do Piauí, que tinha em sua capital a principal locomotiva. Contestar esse discurso era procurar combater Alberto Silva no campo que mais prestígio lhe conferira e o que se tornara símbolo de sua maneira de governar: o de suas obras arquitetônicas, sobretudo as realizadas em Teresina. É importante, porém, considerar as advertências contidas no texto de Calvino (1990) ao informar que é impossível discorrer sobre uma cidade atendo-se apenas às descrições de suas edificações. Entretanto, essas ações e as apropriações delas feitas contam muito do cenário histórico no qual se construíram, daí sua relevância nesta pesquisa.

Esses embates em relação à reforma da Praça Pedro II contribuem para entender a imbricação existente entre os patrimônios, a memória e a identidade de uma sociedade, assim

⁴ Muitas foram as reformas realizadas em prédios públicos durante a administração do governador em apreço. As três reformas referem-se ao acervo arquitetônico localizado no entorno da Praça Pedro II ou nela situado. Escolhemos destacá-las para mostrar como, no mesmo acervo arquitetônico, quase todos os logradouros foram reformados durante essa administração.

como defende Jorge (2000). Conforme o autor, os patrimônios representam valores não materiais, simbólicos e contribuem para a construção de um sentimento de pertencimento à comunidade.

Considerar-se parte de um grupo pelas recordações preservadas através da convivência em um espaço impinge a este espaço muitos significados; ele ganha uma certa autonomia, nem que seja como “restos” de algo que não é mais, porém que se pretende conservar – assim ocorreu com a reforma da Praça Pedro II.

4 Repercussões da reforma incômoda em outros patrimônios arquitetônicos

O incômodo provocado pela reforma da praça Pedro II ganhou tanta repercussão, que reverberou em discursos contestatórios em relação a outras reformas, discursos negativos que invariavelmente tratavam de reformas, antes bastante aplaudidas, em praças. Crítica essa, inclusive, que se estendeu à construção de obras do porte do estádio Albertão, que foi considerada como desperdício de dinheiro público e como mecanismo de silenciamento dos protestos contra o governo, em franca crítica à unidade do governador com o regime autoritário.

Entretanto, o maior espetáculo da terra promovido com esta verba seria a construção de uma obra contemporaneamente não coetânea que ele dizia ser sua criação, cuja finalidade era duvidosa, pois seu objetivo precípua, que não era o futebol e sim abafar a voz dos inconformados com o regime, não foi preenchido e o espetáculo continuou porque, pelo fato de ser uma obra não coetânea [...] ela ficou ociosa (MARINHO, 1996, p. 56).

Assim como ocorrera em relação à reforma da praça Pedro II, a construção do estádio Albertão também passava a ser contestada. A reforma dessa praça repercutiu tanto que enquanto a intervenção estatal nessa reforma era encarada por muitos

como desnecessária e negativa, várias fontes informam que outras praças não recebiam a mesma atenção, sendo relegadas ao abandono, como denuncia o funcionário público aposentado, Jácome da Paz, em carta publicada em um periódico local, na qual ele informa o quadro de abandono vivido pela Praça Demóstenes Avelino, onde funcionava o Frigorífico do Piauí S. A. – Fripisa.

A matéria jornalística informa que tal praça “ainda está mais abandonada que a Saraiva” (POPULARES, 1974, p. 5). Esse logradouro estava situado bem no centro da capital, diante de um colégio – a Escola Técnica Federal do Piauí (atual IFPI⁵) –, da Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho, dos tribunais e das principais áreas urbanas da cidade, além da grande proximidade com a própria Secretaria de Obras do Estado, responsável pela série de construções em execução em Teresina e no Estado. A praça que serviu de parâmetro para a crítica, a Saraiva, também se localizava no centro de Teresina, o que nos faz inferir que, se isso era recorrentemente denunciado pelos meios de comunicação local - ocorrendo em espaço tão central - em áreas mais periféricas da cidade o quadro agravava-se ainda mais.

Textos como o dessa carta estimulam o questionamento acerca do grau e do nível da urbanização promovida em Teresina, sugerindo que mesmo havendo tantas reformas, elas não suplantavam o grau de problemas e de dificuldades que a capital passava, nem tampouco correspondia à supressão dos problemas enfrentados até então pela sociedade piauiense.

Ao fazer tal crítica, o periódico termina por descrever a presença marcadamente rural de algumas práticas vivenciadas no centro da capital piauiense, evidenciando que isso ocorria “primeiro porque chegam os vendedores de miúdos de gado e enchem a área de jumentos, e além disso existe muito mato e a anacrônica presença de vendeiras de café” (POPULARES, 1974, p.5).

O relato-denúncia contraria o quadro de prosperidade que os discursos governamentais elaboravam e divulgavam no

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

período, bem como se opõe à visão otimista que se pregava em relação às intervenções de todos os níveis de governo no projeto de urbanização de Teresina, pois informa que a Prefeitura não priorizava nenhum projeto de urbanização dos espaços de lazer e convívio social, afirmando que “o Prefeito nunca se manifestou a favor de um plano de urbanização das Praças de Teresina, embora exista uma repartição dentro dela [Prefeitura] para tal fim”(POPULARES, 1974, p.5).

Esse texto jornalístico, ao condenar o caráter marcadamente rural ainda presente no centro da capital piauiense na década de 1970, contribui para confirmar a interpretação elaborada por Williams (1989) quanto à associação feita – muitas vezes equivocadamente - do campo à imagem do passado, e da cidade à imagem do futuro, pois segundo ele, conforme a perspectiva muito difundida em nossa sociedade, “a ideia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento”(WILLIAMS, 1989, p. 397).

Essa visão dicotômica em relação ao campo e à cidade contribuiu para estabelecer e consolidar uma visão negativa em relação ao campo ou a tudo que a ele estivesse associado em nossa sociedade, comprometendo a possibilidade de uma visão mais alargada sobre as dimensões históricas. Isso contribuiu sobremaneira para fortalecer os discursos de apoio ao desenvolvimentismo e urbanização de Teresina, projetados de maneira desproporcional nesse período.

Foi alicerçado nesse pensamento que, não apenas os governos, como a sociedade, passou a reivindicar nos jornais locais a erradicação dos traços rurais nas praças do centro da cidade, para que Teresina pudesse compartilhar plenamente as características pertinentes a uma cidade efetivamente desenvolvida e urbanizada, e se tornasse símbolo do novo e do futuro. Os espaços públicos seriam apenas um dos indícios de que a cidade não atingira a modernidade desejada, por isso deveria ser repensado o posicionamento governamental perante esses espaços, assim como ocorreu com o episódio da reforma da Praça Pedro II, que foi uma reforma que, no afã de propor o novo

de maneira avassaladora e incontestável, ignorou completamente a historicidade que seus habitantes construíram neste espaço e o transformaram em seu “lugar”.

Todavia, o que se ignorava com as reivindicações é que o caráter ambíguo e híbrido também é uma das marcas da urbe. Portanto, ter traços que lhe remetiam ao rural não impedia Teresina de ser uma cidade moderna, muito pelo contrário, esses traços indicavam muito do hibridismo comum à circunscrição moderna. Desse modo, o que deveria ser combatido era o quadro de carência e de precariedade presente nos logradouros públicos, não a presença de traços rurais. Todavia, as fontes indicam que se deveria rejeitar tudo o que não fosse tratável e que fosse encarado como detrito, anormalidade ou desvio do que fora projetado.

Por isso, as reclamações em relação ao quadro problemático em que se encontravam as praças em Teresina eram recorrentes. Em abril de 1973, comentando as reformas de limpeza que passava a capital ao se preparar para receber a visita do presidente da República, o jornal *O Dia* denunciava que a Praça Demóstenes Avelino fora invadida pelo mato, “dando uma impressão deprimente ao visitante e, também, se construindo um ‘chama’ para os que não se incomodam de fazer das calçadas e das ruas depósitos de lixo” (MATO, 1973, p.01). Essa preocupação com a salubridade e limpeza da praça está relacionada com o projeto sanitário defendido desde o início do século XX, segundo o qual uma cidade moderna deveria ser aquela capaz de organizar seu espaço, disciplinando os locais de depósito de seus detritos, pois era difícil ser moderno sem conseguir preencher tais requisitos, depositando lixo em qualquer local público, ou fazendo de espaços de convívio coletivo ambientes de depósito de lixo. Era essa adequação às exigências modernas que o jornal solicitava.

Esse quadro de dificuldade na organização do espaço público em relação aos locais de depósito dos detritos urbanos e das áreas de passeio confirmava o quanto o cenário de prosperidade, propagado pelos governos de então, não correspondia plenamente ao que era sugerido nos discursos governamentais, expondo vários outros problemas vividos em Teresina – aplaudida como signo do progresso, apresentava-se também como vitrine das principais dificuldades no ordenamento urbano.

E essa postura não estava isolada, pois eram comuns relatos que apresentavam o quadro de carência e de abandono em que se encontravam vários logradouros públicos na capital, embora em textos publicados em dezembro de 1972, um jornal local parabenizasse a reforma da Praça Marechal Deodoro da Fonseca – no centro da cidade – como um “cartão de visitas de Teresina”, informando que ela iria “oferecer um ambiente aprazível para locais e visitantes”. Mesmo assim, advertia que outros ambientes públicos ainda careciam de atenção, pois “praças como a Liberdade estão em abandono, não se justificando que seja ela relegada a plano inferior nos cuidados da administração municipal (ASPECTOS, 1972, p.03).

Considerações finais

Esse quadro ambíguo de reforma de praças, em detrimento de uma intervenção pública que beneficiasse outras de igual importância e significado no centro da capital, revela como os tempos não se sucedem ou evoluem linearmente, mas convivem entre si, ora rivalizando ora associando-se uns aos outros. A capital que presenciava projetos urbanísticos em consonância com o que era considerado de mais moderno nos grandes centros urbanos do país, convivia com um cenário que a informava a todo instante de seu tempo rural, da presença em seu seio desse elemento que ela, muitas vezes, tentava suplantar para poder continuar firme rumo ao seu projeto desajustado de inserção na modernidade. Como se, para isso, necessitasse negar a si mesma e a seu passado; afinal, ser moderno era estar lado a lado com o novo, era prometer o novo a todo instante, era recusar-se o direito de abrigar esses vários tempos, sobretudo o que representasse obsolescência sob essa ótica.

Por meio desses híbridos entre o novo e o antigo, Teresina foi-se constituindo em sua modernidade, em conformidade com os caminhos apontados por Latour (1994) quando este afirma que “quanto menos os modernos se pensam misturados, mais se misturam”(LATOUR, 1994, p. 47). Esse nó górdio reluta em ser desatado ou cortado, ligando os híbridos nele inseridos

enquanto o tempo indica a ligação provisória entre os seres, na firme esperança de que o tempo avance nos mesmos ritmos, embora se saiba que não é o que ocorre, pois há muitos ritmos de transformações, cada tempo estabelecendo suas metas de modernidade e de modernização.

Assim, as disputas manifestadas no cenário piauiense, em relação à reforma que a Praça Pedro II sofreu, indicam os vários ritmos de apropriação do tempo e dos códigos sociais – neste caso, dos “lugares de memória” - que estudar esta reforma possibilitou, pois permitiram visualizar tantos interesses que a permeavam, mas também entender como um patrimônio pode assumir a condição de portador de memórias que se coadunam ou que colidem entre si e, por meio disso, possibilitar a construção da narrativa história acerca do tempo investigado.

Referências

- ASPECTOS da administração. Teresina: *O Dia*, 12 dez. 1972, p. 3.
- BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *Therezina, Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, s/d.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, Inaiá Maria M de. *O Nordeste e o Regime Autoritário*. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer, 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. *Revista Presença*. Teresina, 2004.

_____. *Praça Pedro II: dos anos 30 à década de 90*. Teresina: FUNDAC. 1999.

JORGE, Vitor de Oliveira. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*. São Paulo: Instituto Piaget, 2000.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARINHO, Odoaldo da Rocha. O Espetáculo da Praça Pedro II. In.: *Cadernos de Teresina*, ano X, n. 22. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, abr. 1996.

NORA, Pierre. *Le lieux de mémoire*. , v. 2. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

MATO invade a praça. Teresina: *O Dia*, 4 abr. 1973, p. 1.

PIAUI. *Mensagem do Governador do Estado à Assembléia Legislativa*. Teresina, 1975.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POPULARES denunciam abandono das praças. Teresina: *O Dia*, 17 jan. 1974, p. 5.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 397.